



Ministério da Educação

Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos
Brasil Escolarizado
Desenvolvimento da Educação Especial
Desenvolvimento da Educação Infantil
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica
Desenvolvimento do Ensino da
Pós-Graduação e da Pesquisa Científica
Desenvolvimento do Ensino Fundamental
Desenvolvimento do Ensino Médio
Educação para a Diversidade e Cidadania
Gestão da Política de Educação
Universidade do Século XXI
Valorização e Formação de Professores e
Trabalhadores da Educação Básica

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Educação, foram utilizados R\$ 20 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$ 22.329.424.928,00	Realizado orçamentário¹:	R\$ 20.028.497.199,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	Realizado não orçamentário:	-
Total previsto:	R\$ 22.329.424.928,00	Total realizado:	R\$ 20.028.497.199,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 1,2 bilhão inscrito em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 891,9 milhões.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério da Educação em 2005 a serem destacados foram:

- Lançamento do Plano de Qualidade para a Educação Brasileira, que inclui a criação do Sistema Nacional de Formação de Professores, formado pelo conjunto de iniciativas do MEC que desenvolvem ações nessa área: Pró-Infantil, Proformação, Pró-Licenciatura, Pró-Letramento, ProLind e a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica.
- Concessão pelo Prouni de 71.905 bolsas integrais e 40.370 parciais de cinquenta por cento, totalizando 112.275 bolsas de estudo a universitários de baixa renda para o ano letivo de 2005, em 1.135 instituições privadas e filantrópicas de ensino superior.
- Atendimento de 3.342.531 alunos por meio da Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental) em 4.175 Municípios, bem como de 2.049.059 alfabetizando em 4.500 Municípios.
- Criação da 1ª Universidade Tecnológica Federal do Brasil, mediante a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet/PR). A instituição conta atualmente com cerca de 15,5 mil alunos e 1,3 mil professores distribuídos em sete unidades de ensino.

¹ A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

ASPECTOS RELEVANTES

A programação do Ministério da Educação está vinculada majoritariamente ao desafio de “ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação”. Tal desafio pressupõe um conjunto de objetivos setoriais: dar oportunidade a todos os jovens e adultos de se alfabetizarem; universalizar a educação básica; reformular a educação profissional; formar, valorizar e estimular os professores; e adequar a universidade aos desafios do Século XXI. Os programas e as ações do Ministério da Educação têm forte impacto na sociedade, visto que seu público-alvo é composto por crianças, adolescentes, jovens e adultos em fase escolar, além de ser um instrumento privilegiado de inclusão social e de exercício da cidadania. A reestruturação da programação do Ministério da Educação para o ano de 2005 foi um dos fatores que mais contribuíram para o alcance dos seguintes indicadores:

- Queda da taxa de analfabetismo - No Brasil, o analfabetismo é um problema que ainda atinge cerca de 14,6 milhões de pessoas, o que corresponde a uma taxa de 11,2%, em 2004, pouco abaixo dos 11,6% de 2003. Quando se consideram os diferentes grupos de população, confirma-se a tendência histórica de que o analfabetismo entre os mais jovens se situe num nível bem menor, registrando 3% na faixa etária de 15 a 24 anos e 19,3% para o grupo de idade dos mais de 40 anos. Tais diferenças nas taxas por faixa etária podem ser associadas, por exemplo, à expansão do atendimento escolar nas últimas décadas, que possibilitou uma acentuada redução na taxa de analfabetismo entre os jovens.
- Aumento da escolaridade média da população - A escolaridade média da população brasileira vem crescendo, ainda que lentamente. Passou de 6,4 anos de estudo, em 2001 para 6,8 anos, em 2004. Quando se analisa a escolaridade média dos diferentes grupos de idade, observa-se que os jovens de 18 a 24 anos apresentam uma média pouco acima da equivalente ao ensino fundamental completo, com 8,6 anos de estudo.
- Acesso aos níveis de ensino não obrigatórios - Na faixa etária de 0 a 6 anos a proporção dos que são atendidos pela educação infantil é crescente, mas o atendimento permanece relativamente baixo. Para as crianças de 0 a 3 anos é significativo observar que apenas 13,7% freqüentam creches. Já para a faixa etária de 4 a 6 anos, a proporção de crianças freqüentando escola chegou a 71,3%. Na faixa de idade de 15 a 17 anos, foi registrada uma pequena redução na proporção de freqüência à escola (de 82,4%, em 2003 para 82,2% em 2004). Além disso, dos 82,2% que estavam na escola, em 2004, apenas 45,1% se encontravam matriculados no ensino médio, nível adequado à faixa etária considerada. Contudo, é importante salientar um aumento de 2 pontos percentuais nesta taxa de escolarização (era 43,1%, em 2003), o que reflete a tendência de redução da distorção idade-série, ampliando a oportunidade para um número maior de mais jovens cursarem o ensino médio na idade adequada. Com relação aos jovens de 18 a 24 anos, com idade adequada para o ensino superior, o indicador de acesso é muito baixo; apenas 10,8% chega a esse nível de ensino. Já a proporção desses jovens que freqüentam a escola, que estava estabilizada em 34% no período 1999-2003, caiu para 32,4% em 2004.

As principais dificuldades para atingimento dos resultados estão destacadas a seguir:

Limitação Orçamentária - O MEC tem estreitado relações com o Fórum de Estatais, que abre oportunidades de parcerias com amplitudes diversas, no intuito de contornar a limitação orçamentária pela ampliação do leque de fontes de financiamento. Além disso, está em tramitação a proposta de criação do Fundeb.

Fluxo de recursos – Devido ao cronograma de execução de algumas ações se iniciarem apenas no segundo semestre, houve dificuldades no repasse de todo o volume de recursos ao final do ano, provocando inscrição de montante significativo de recursos em restos a pagar. Diferentemente dos recursos de transferência automática que são creditados diretamente na conta dos entes vinculados legalmente, os recursos de transferência voluntária têm seus trâmites para liberação de forma mais lenta, tornando morosos os processos de liberação de recursos e de implementação das ações.

Implementação – A maioria das ações é implementada de forma descentralizada, por meio de convênios firmados com os Estados, o DF e os Municípios que trazem, em documentos previstos na legislação afeta, informações sobre o quantitativo de pessoas que serão beneficiadas com o projeto. O acompanhamento do desempenho físico é feito por meio de sistemas e programas do próprio Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Entretanto, os convênios são firmados em função da demanda, ou seja, de quem tem capacidade de elaborar projetos.

Recursos Humanos – As equipes de assessoramento aos gerentes não são suficientes, nem possuem a qualificação adequada para manter o acompanhamento anual dos programas. Faz-se necessário o aumento do número de técnicos com qualificação nas áreas de educação, planejamento e gestão. O mesmo ocorre nas equipes que implementam as ações nas diversas unidades orçamentárias.

Monitoramento – Há certa carência de funcionários técnico-administrativos para a captação e acompanhamento de dados, bem como registra-se divergência entre os gerentes de programa e os coordenadores de ação em relação aos dados finais consolidados. Foi implantado o Sistema Integrado de Monitoramento do MEC (Simec), que consolida as informações e os valores físicos e financeiros e promove maior aproximação entre os coordenadores das ações e a gerência do programa.

RECOMENDAÇÕES

- É preciso alavancar a articulação interministerial dos programas sociais, dada a potencialização da mobilização dos beneficiários e dos resultados alcançados por meio da ação conjunta. A complementaridade de recursos orçamentários e humanos dos órgãos é um aspecto muito importante no sucesso de metas sociais.
- Para melhorar a execução dos programas, seria de grande valia a descentralização de responsabilidade dos coordenadores; o treinamento específico para os técnicos vinculados às respectivas ações; o desatrelamento de vários sistemas institucionais com programações diferenciadas dos objetivos dos sistemas federais; alteração na forma de implementação de

algumas ações; comprometimento dos coordenadores; maior integração entre os entes (federal, estadual e municipal) e maior integração entre os setores afins.

- É necessária a utilização mais intensa dos instrumentos de gestão disponíveis, no caso o SIMEC e o SIGPLAN, no sentido de articular melhor as ações que, pela sua relevância e pelo volume de recursos que envolvem, precisam ter informes de situação sempre atualizados e disponíveis.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do Ministério da Educação.

BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

OBJETIVO

Garantir acesso e permanência de jovens e adultos a programas educacionais que visam atender as suas necessidades específicas de aprendizagem e formação.

PÚBLICO-ALVO

Jovens e adultos com 15 e mais, não alfabetizados ou com baixa escolaridade e os educadores que atuam nesta modalidade de ensino.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 685.407.290,00	Empenho Liquidado: R\$ 673.239.958,00 Pago estaduais: - Total: R\$ 673.239.958,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 24 ANOS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 3,2 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 2,29

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. Além da mera questão da escassez de recursos financeiros, os parceiros executores do Programa vêm encontrando dificuldades em mobilizar o público-alvo mais jovem (15 a 24 anos) da Educação de Jovens e Adultos e, assim, integrá-lo às turmas de alfabetização.

2. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 25 A 34 ANOS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 6,5 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 4,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

3. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 35 ANOS OU MAIS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 17,5 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 12,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

4. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 ANOS OU MAIS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 11,4 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 8,19

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. Em 2005 foram desenvolvidas iniciativas específicas, em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude-PR, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, visando a mobilizar o público-alvo do programa a partir de 2006 para participação nas turmas de alfabetização. Portanto, a viabilidade de alcance do índice até 2007 é baixa.

5. PERCENTUAL DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 ANOS OU MAIS COM ESCOLARIDADE INFERIOR A 4ª SÉRIE

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 24,9 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 18,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. A viabilidade de alcance do índice foi definida como baixa, tendo em vista as incertezas relativas ao financiamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Enquanto não houver definição infraconstitucional, regulamentando os critérios de financiamento, há palpáveis riscos com relação à continuidade do incremento das vagas ofertadas.

6. PERCENTUAL DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 ANOS OU MAIS COM ESCOLARIDADE ENTRE A 4ª SÉRIE E 7ª SÉRIE

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 27,7 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 25,6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. A viabilidade de alcance do índice foi definida como baixa, tendo em vista as incertezas relativas ao financiamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Enquanto não houver definição infraconstitucional, regulamentando os critérios de financiamento, há palpáveis riscos com relação à continuidade do incremento das vagas ofertadas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com o Censo de 2000 do IBGE, 13,6% da população de 15 anos e mais é analfabeta. Em algumas regiões do Brasil, esse quadro é ainda mais grave: 26,2% na Região Nordeste e 16,3% na Região Norte. Estas taxas vêm diminuindo nas últimas décadas, mas ainda estão longe do ideal. De acordo com estudo publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a taxa de analfabetismo no país está diretamente atrelada à distribuição de renda. O Brasil apresenta uma das piores concentrações de renda do mundo: a renda dos 20% mais ricos é 32 vezes maior que ados 20% mais pobres e as taxas de escolarização e analfabetismo não poderiam ser diferentes. A taxa de analfabetismo da população cujo rendimento é inferior a um salário mínimo é de 29%; já nos domicílios cujo rendimento é superior a dez salários mínimos esse índice não chega a 2%. Quanto ao grau de escolaridade, observa-se que cerca de 33,2 milhões de brasileiros possuem até a terceira série do ensino fundamental. Ademais, persiste grande descontinuidade no processo de alfabetização de jovens e adultos, comprometendo a qualidade do ensino e o alcance dos resultados almejados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 3.342.531 alunos de Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental) atendidos em 4.175 Municípios, o que representa um aumento de cerca de 82% em relação ao ano de 2004;
- 2.049.059 alfabetizandos atendidos em 4.500 Municípios;
- Aumento de cerca de 85% no número de secretarias municipais de educação parceiras nas ações de alfabetização, com relação ao ano de 2004;
- 101.410 bolsas de estudo concedidas a alfabetizadores, o que representa um aumento de cerca de 50% em relação ao ano de 2004;
- 104.429 alfabetizadores formados (formação inicial e formação continuada), o que representa um aumento de cerca de 45% em relação ao ano de 2004.
- 300 mil kits de material didático distribuídos para alfabetizandos e alunos do primeiro segmento de EJA;
- 5.060 agricultores familiares atendidos com Educação de Jovens e Adultos e Qualificação Social e Profissional;
- 46.795 presidiários atendidos com Educação de Jovens e Adultos.
- 3.402 educadores e agentes penitenciários formados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Faz-se necessário ampliar o atendimento do público-alvo para alcançar o objetivo do programa, porém a limitação orçamentária dificulta tal ampliação. Uma estratégia, ainda que insuficiente, para contornar tal restrição é a ampliação do leque de fontes de financiamento para iniciativas de alfabetização e educação de jovens e adultos. A ênfase dada pelo MEC a tal estratégia é perceptível no estreitamento das relações com o Fórum de Estatais, que abre oportunidades de parcerias com amplitudes diversas, tais como aquelas desenvolvidas pela Eletrobrás e pela Eletronuclear, entre outras.

As ações 0965 - Apoio à Distribuição de Material Didático para a EJA”, 0972 - “Apoio à Capacitação de Professores de Jovens e Adultos” e 09ET - “Apoio à Capacitação de Profissionais Atuantes na Educação Básica de Jovens e Adultos” já estão contempladas na ação 0081 - Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental de

Jovens e Adultos”. A proposta de fusão das ações 0965, 0972 e 09ET na ação 0507 - “Apoio a Projetos Especiais para Oferta de Educação Básica a Jovens e Adultos” foi implementada para o exercício de 2006, com o intuito de atender às demandas de segmentos específicos, tais como população prisional, jovens, pescadores e outros por educação de jovens e adultos.

Caso a regulamentação do FUNDEB , que definirá os fatores de prioridade para distribuição dos recursos do Fundo, implique na redução dos recursos destinados à Educação de Jovens e Adultos, poderá haver a desmobilização dos esforços para a “continuidade de estudos”. Isso porque as secretarias estaduais e municipais de educação , responsáveis pela oferta da modalidade de EJA em suas redes regulares de ensino, perderão os incentivos financeiros para a oferta de vagas em EJA e, assim, haverá um “represamento” dos egressos das turmas de alfabetização, que ficarão impedidos de dar continuidade a seus estudos.

O programa apresenta problemas de fluxo de recursos por conta do cronograma de execução das ações que se inicia em meados do segundo semestre e esses problemas geram dificuldades no repasse de recursos ao final do ano. Tal fato tem implicado montante significativo de restos a pagar que prejudicam a execução das ações das entidades afetadas, levando, por exemplo, à desmobilização das turmas de alfabetizando e a problemas na aquisição de material didático para alunos de Educação de Jovens e Adultos.

Quanto à adequação dos recursos humanos, materiais e de infra-estrutura disponíveis, o programa apresenta insuficiência de equipamentos (hardware) para a equipe de Sistemas de Informação e insuficiência de técnicos e pessoal de apoio administrativo.

A execução descentralizada é o cerne do programa, haja vista a natureza das ações de alfabetização e educação de jovens e adultos. Em que pese eventuais problemas na execução (advindos, em sua maioria, de problemas de coordenação, comunicação e monitoramento), os resultados alcançados permitem afirmar que a estratégia de execução descentralizada possui desempenho efetivo.

A disponibilização das informações e a integração com uma parcela dos entes executores sofreram prejuízos por algumas razões, como falta de recursos humanos e de infra-estrutura na ponta e baixa capacidade de gestão das ações, que impactam, por exemplo, na consistência dos dados e informações alimentados no Sistema Brasil Alfabetizado (SBA) e, conseqüentemente, no acompanhamento das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Além da avaliação anual dos programas do PPA, está em andamento outra avaliação deste programa pelas seguintes instituições: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Sociedade Científica da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (SCIENCE); Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale-UFMG); Instituto Paulo Montenegro (IPM); Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope Opinião); e Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), com previsão de conclusão para dezembro de 2007. O plano de avaliação foi desenhado de forma a comportar uma estrutura organizativa horizontal, que permita a articulação das diversas instituições parceiras executoras. Dessa forma, preserva-se a expertise

de cada instituição sem prescindir de uma atuação coordenada. Serão avaliadas nesse primeiro momento a ação 0920 - “Concessão de Bolsas aos Alfabetizadores” e a ação 09BT - “Apoio à Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos”.

Durante o ano de 2005 também foi organizado, em parceria com o Inep, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e o Ipea, o “Mapeamento Nacional de Iniciativas de Alfabetização de Jovens e Adultos”, iniciativa inovadora que possibilitou identificar as ações de alfabetização desenvolvidas em todo o Brasil, além daquelas financiadas pelo Governo Federal. Dessa forma, foi possível estimar o grau de mobilização em torno da alfabetização de jovens e adultos, tendo em vista o volume de recursos financeiros, humanos e organizacionais alocados, o número de alfabetizados atendidos, as parcerias estabelecidas e outras variáveis. Além do conhecimento da diversidade das iniciativas de alfabetização, tais dados e informações subsidiaram a formulação dos parâmetros de repasse de recursos para alfabetização no ano de 2006 e permitiram delinear estratégias para efetivar a continuidade de estudos.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pelas atividades de assistência financeira, normatização, coordenação, monitoramento, fiscalização, cooperação técnica e avaliação da aplicação dos recursos, diretamente ou por delegação, possui equipe de técnicos responsáveis pelo monitoramento e auditoria in loco às entidades executoras das ações do programa juntamente com a equipe de técnicos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC).

O processo de acompanhamento do programa é realizado de várias maneiras: à distância - por meio da consulta aos dados alimentados pelas entidades parceiras no SBA-; por meio dos relatórios eletrônicos de acompanhamento; através de contatos telefônicos e por correio eletrônico; e mediante visitas in loco às turmas de alfabetização, selecionadas por meio da sinalização de aspectos captados no acompanhamento a distância, bem como por denúncias recebidas. Quanto à abrangência, devido às restrições dos recursos financeiros e humanos, não há possibilidade de se acompanhar in loco um número de turmas suficiente para configurar uma amostra representativa do universo dos beneficiários do programa.

Os principais objetos de gasto na GAP são: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa. Não há dificuldades consideráveis que impeçam a apropriação dos gastos realizados na GAP nas demais ações do programa.

Em 2005 percebeu-se um estreitamento dos laços com as demais unidades administrativas do MEC, possibilitando a implementação de ações em parceria com a Secretaria de Educação Superior (Observatório Educacional); a Secretaria de Educação Básica (formação de professores e política de leitura); a Secretaria de Educação à Distância (Proformação); e a Secretaria de Educação Tecnológica (ProEJA e Escola de Fábrica).

Realização de parcerias com órgãos governamentais como o Ministério da Justiça (Projeto de Educação Prisional); a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Projeto Pescando Letras); a Secretaria Especial de Direitos Humanos (Manual de orientação para os alfabetizadores sobre registro civil); a Secretaria Nacional da Juventude (ProJovem); o Ministério do Trabalho e Emprego (Economia Solidária e Projeto Trabalhador Doméstico Cidadão); o Ministério do Desenvolvimento Social (integração do Brasil Alfabetizado com o Bolsa Família); o Ministério do Desenvolvimento Agrário (Projeto Saberes da Terra).

Os parceiros não-governamentais executaram satisfatoriamente as tarefas acordadas, alcançando as metas estabelecidas. Contudo, há que se ressaltar a diversidade entre os diversos parceiros não-governamentais quanto a tamanho, estrutura, capacidade de mobilização, abrangência de atuação e outros aspectos, que condicionam os resultados obtidos por cada entidade parceira.

A participação social se dá por meio dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos, que são compostos por educadores, representantes de movimentos sociais, ONGs e instituições de ensino e pela Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, instância de caráter consultivo que acompanha, sob os aspectos sociais, a execução das ações do programa. A participação social permitiu que as ações do programa fossem redesenhadas de acordo com as necessidades do público-alvo: elaboração de cartilha para identificação de alfabetizandos com deficiência visual; aumento do rol de materiais didáticos passíveis de aquisição com os recursos distribuídos para Educação de Jovens e Adultos; e atendimento para segmentos específicos (população indígena, populações do campo, pescadores artesanais etc).

Entre as boas práticas de gestão, destacam-se: a) Sistema Brasil Alfabetizado (SBA), disponível para acesso amplo no endereço eletrônico <http://www.mec.gov.br/secad/sba>. O SBA é o instrumento de gestão operacional do Programa Brasil Alfabetizado, responsável pela consolidação das informações sobre a operacionalização e execução das ações (cadastro das turmas, cadastro dos alfabetizadores, cadastro de alfabetizandos, previsão das datas e horários de funcionamento, atendimento a segmentos específicos etc.). Os órgãos e entidades parceiras realizam a alimentação remota do SBA, validando recorrentemente as informações disponibilizadas, o que permite o acompanhamento, por parte da equipe gerencial, do processo de execução das ações acordadas. Ademais, o SBA possui a função de permitir o controle social das ações do programa e implementar o critério de transparência da gestão, uma vez que é possível acessar os dados pelo endereço eletrônico acima especificado; b) Plano de Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado, estruturado de forma a permitir a atuação de diversas instituições especializadas na área de avaliação. Tal estrutura horizontal foi construída em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através do instituto das agências implementadoras, que permite a seleção rigorosa de instituições com reconhecida expertise.

RECOMENDAÇÕES

- Melhorar a concertação com Estados e Municípios, principalmente no que tange ao incremento da mobilização com vistas à continuidade de estudos dos jovens e adultos egressos da Alfabetização de Jovens e Adultos, encaminhando-os para matrícula na Educação de Jovens e Adultos.
- O programa teria condições de atender a todos os Municípios brasileiros, caso houvesse recursos financeiros e humanos que permitissem a capacitação dos gestores municipais e estaduais para a mobilização dos jovens e adultos não-alfabetizados ou com baixa escolaridade. Dessa forma, seria possível a existência de projetos que agregassem qualidade ao atendimento de jovens e adultos, incluindo parcerias com entidades que demonstram boas práticas em alfabetização e educação de jovens e adultos e o delineamento de uma estrutura de distribuição de recursos calcada na equidade federativa e regional potencial do programa.
- A articulação interministerial dos programas sociais deveria ser tida como prioridade no governo federal, dada a potencialização da mobilização dos beneficiários e dos resultados alcançados por meio dessa ação conjunta. A complementaridade de recursos orçamentários e humanos dos órgãos é um aspecto muito importante no sucesso de metas sociais. Ressalva-se, contudo, que o impacto de tais articulações, realizadas no transcorrer do ano de 2005, será sentido mais efetivamente em 2006, dado o lapso temporal necessário para alcançar os benefícios das sinergias de esforços entre os órgãos.

BRASIL ESCOLARIZADO

OBJETIVO

Garantir o acesso e a permanência de todas crianças e adolescentes na Educação Básica, com melhoria de qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes matriculados na educação básica.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 1.733.281.971,00	Empenho Liquidado: R\$ 1.653.068.158,00 Pago estatais: - Total: R\$ 1.653.068.158,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADORES

1. NÚMERO MÉDIO DE SÉRIES CONCLUÍDAS DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 14 ANOS

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 4,1 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 4,55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Média

2. ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 11 A 18 ANOS

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 0,78 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 0,87

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Média.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Ainda que preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a universalização da educação básica está se concentrando em apenas um dos seus níveis de ensino, o

fundamental. Dessa forma, o processo educacional se segmenta pela precariedade da oferta nos outros dois níveis, educação infantil e ensino médio. A universalização da educação básica começa pela oferta suficiente do seu primeiro componente, a educação infantil. As estatísticas apontam que 11,6 milhões (89,4%) de crianças de 0 a 3 anos de idade e 3,9 milhões (38,5%) na faixa de 4 a 6 anos estão sem atendimento escolar. Fenômeno semelhante vem ocorrendo com o terceiro segmento de direito cidadão ao processo educacional, o ensino médio. Pressionado pela universalização do ensino fundamental e pela correção do fluxo escolar desse nível de ensino, decorrente da redução da defasagem idade-série, o ensino médio, majoritariamente sob a responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal, carece, primeiramente, de oferta suficiente.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A Alimentação Escolar atendeu a 35,8 milhões de alunos da Educação Básica (incluindo escolas indígenas, pré-escolas, ensino fundamental, filantrópicas, creches e quilombolas), cerca de 1 milhão a menos em relação a 2004. Tal fato é verificado devido à redução do índice de natalidade que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vem declinando ano após ano e, ainda, à ascensão dos alunos para séries do ensino médio. Em contrapartida, foi verificado o aumento no valor per capita para o ano de 2005, no ensino fundamental, de R\$ 0,15 para R\$ 0,18 por aluno/dia. No ensino para quilombolas, o valor per capita foi fixado em R\$ 0,34 por aluno/dia, independentemente do nível de ensino (fundamental ou infantil).
- Distribuição de 306 mil acervos bibliográficos às 136 mil escolas, num total de 3.575.160 livros, beneficiando cerca de 17 milhões de alunos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental público. Vale lembrar que o processo de distribuição do programa foi alterado. Em anos anteriores, os alunos recebiam os livros; em 2005 as escolas passaram a receber acervos em proporção ao número de alunos matriculados.
- Ampliação e adequação de equipamentos escolares, bem como da contemplação das construções de espaços escolares, melhorando a qualidade e infra-estrutura física dos estabelecimentos de ensino público.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

- Diferentemente dos recursos de transferência automática, que são creditados diretamente na conta dos entes vinculados legalmente, os recursos voluntários têm seus trâmites para liberação de forma mais lenta, isto devido à inadimplência das instituições responsáveis, à não exatidão dos objetivos, ao detalhamento na execução e à documentação dos projetos educacionais enviados de forma equivocada, gerando a morosidade do processo de liberação para esse tipo de repasse.
- Outra restrição é o atraso nas prestações de contas dos Estados e Municípios ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), podendo os repasses não serem creditados por esse motivo.
- A concentração de recursos oriundos da contribuição do salário educação limita ao Ensino Fundamental a execução das ações 0509 - "Apio ao Desenvolvimento da Educação Básica"; 09CW - "Apio à Reestruturação da Rede Física Pública" e 09EV "Apio à Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública".

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

- O programa não tem meios de avaliação de satisfação dos beneficiários, como coleta de opiniões, mas os resultados apontados em encontros e seminários são de que a implantação das ações do “Brasil Escolarizado” tem, efetivamente, elevado a qualidade da Educação Básica pública e que a utilização dos recursos e materiais tem se mostrado um grande reforço ao trabalho desenvolvido pelos professores e um incentivo aos alunos. O programa tem propiciado condições para que o aluno tenha nova chance de reverter o fracasso escolar, o que favorece o resgate da auto-estima e a crença em seu potencial.
- A falta de comunicação da execução entre as partes envolvidas desvirtua o foco almejado temporalmente para as ações multissetoriais. As informações são conflitantes e quase não se chega a um acordo; dados são mal interpretados e a burocracia torna a execução mais lenta devido aos diferentes trâmites de cada ministério.
- Sistemas de integração foram criados, como por exemplo o Sistema de Monitoramento do MEC (Simec), que consolida as informações e valores físicos e financeiros, mas as avaliações qualitativas continuam ainda sendo construídas a partir de um responsável e não de uma equipe (coordenador, equipe de apoio e técnicos), o que causa inexatidão das informações e, conseqüentemente, divergências de valores entre os ministérios envolvidos.
- Em nível municipal foram criados conselhos para fiscalização de certas ações vinculadas ao “Brasil Escolarizado”, entre os quais se destaca o da Alimentação Escolar. Esses conselhos dão contribuições ao melhoramento da utilização dos recursos financeiros, conseqüentemente ao melhoramento da qualidade dos serviços prestados pelos profissionais da educação, tornando mais ativa a participação dos pais e mestres e da comunidade, bem como do comércio local que se interrelaciona com as escolas.

RECOMENDAÇÕES

- Para melhorar a execução das atividades das ações do programa “Brasil Escolarizado”, seriam de grande valia: 1) a descentralização de responsabilidade dos coordenadores; 2) o treinamento específico para os técnicos vinculados às respectivas ações; 3) o desatrelamento de demasiados sistemas institucionais com programações diferenciadas dos objetivos dos sistemas federais; 4) a descentralização das ações; 5) comprometimento dos coordenadores e multas para os responsáveis pela inadequação de tarefas; e 6) maior integração entre os entes (federal, estaduais e municipais) e entre os setores afins.

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

OBJETIVO

Assegurar, aos alunos com necessidades educacionais especiais, as condições de acesso e permanência com qualidade na educação brasileira, na perspectiva de impulsionar e fortalecer o atendimento desses alunos em classes comuns da Rede Regular de Ensino e de garantir-lhes o atendimento pedagógico especializado.

PÚBLICO-ALVO

Alunos com necessidades educacionais especiais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 74.514.480,00	Empenho Liquidado: R\$ 68.030.092,00 Pago estatais: - Total: R\$ 68.030.092,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE PREVALÊNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 50,1 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. Foi apurado um índice de 50,1%, ultrapassando os 46,00% previstos para 2005, refletindo os avanços alcançados com o desenvolvimento da Educação Especial como fator de inclusão escolar.

2. TAXA DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 2,0 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 6,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. Houve um crescimento significativo no número de professores da educação básica com qualificação docente para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, mas o censo escolar ainda não capta esse crescimento.

3. TAXA DE MATRÍCULA DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM CLASSES COMUNS DE ESCOLAS COMUNS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 41 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 43

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. Foi atingido um índice de 41%, superando os 35% previstos para 2005. O avanço demonstrado reflete o apoio dado aos sistemas de ensino, possibilitando sua organização para promoção da inclusão educacional.

4. TAXA DE APOIO PEDAGÓGICO ESPECIALIZADO

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 30,4 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 43,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. Houve uma ampliação da oferta do atendimento educacional especializado, registrado no censo escolar. Porém, quando o apoio especializado é ofertado extracurricularmente, esse dado não é corretamente preenchido no censo, porque a escola onde o aluno estuda não considera o atendimento especializado dado por outro estabelecimento. Desta forma o índice fica distorcido.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Mais de 90% da matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais concentra-se nos níveis mais elementares de ensino, o que indica que a falta de atendimento educacional especializado pode criar obstáculos à perspectiva de progresso nos estudos a que todo aluno tem direito. Além disso, cerca de 70% dos alunos com necessidades educacionais especiais ainda estudam em escolas especiais ou em classes especiais. Ressalte-se que, dos 65,4% dos alunos matriculados no ensino fundamental, somente 1,5% chegam ao ensino médio e somente 7,3% têm acesso à educação profissional. Ademais, de 174.894 escolas públicas da Educação Básica, apenas 3,6% possuem dependências e vias adequadas aos alunos com necessidades educacionais especiais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Há na educação básica brasileira 301.586 estudantes com necessidades especiais matriculados em escolas especializadas. Esse número inclui alunos com múltiplos e variados tipos de necessidades especiais. Os alunos com necessidades mentais especiais formam o maior grupo nas escolas de educação especial (52,96% do total).
- A política de inserção de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares vem mostrando resultados positivos. De 2004 a 2005 houve um acréscimo de 22 mil alunos especiais na rede regular de ensino. Conforme dados do Censo Escolar 2005, há atualmente 114.834 alunos incluídos em classes comuns e que contam com apoio pedagógico especializado. Desses, 1.928 alunos são superdotados e freqüentam a

escola em classe regular: a rede estadual abriga 967 e a rede municipal, 828 alunos. Apenas 133 estão em classe regular na rede particular de ensino.

- Hoje, 4.582 Municípios ofertam matrículas para alunos com necessidades educacionais especiais, o que corresponde a 82,3% do total de Municípios brasileiros.
- Cerca de 4.250 professores e profissionais da educação especial foram contemplados com formação continuada e mais de 8 mil alunos receberam kits de material didático. Cada kit contém reglete, punção, soroban, guia de assinatura e papel de gramatura específica, que possibilitam o ensino e a aprendizagem do braile, além de bengalas para o desenvolvimento de atividades de orientação e mobilidade.
- A formação continuada de professores tem sido uma das ações prioritárias e atendeu 27.900 professores em 2005, com vistas à melhoria da escolarização e do atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais. Destacam-se os cursos “Interiorizando LIBRAS”; “Interiorizando Braille”; “Formação de professores do Programa de Informática da Educação Especial-PROINESP”; “Formação para o uso das tecnologias assistivas de comunicação alternativa”; “Formação para altas habilidades/superdotação”; e outros cursos abrangendo áreas específicas da Educação Especial.
- Adaptação física e arquitetônica de mais de 11.900 escolas e distribuição de equipamentos para 60 escolas, visando a assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais as condições básicas de acesso e permanência com qualidade no sistema de ensino, para viabilizar a utilização de novas metodologias de ensino, facilitar o aprendizado e o desenvolvimento das potencialidades dos alunos.
- Um dos grandes avanços conquistados em 2005 foi a universalização da distribuição de livros didáticos para alunos cegos matriculados no ensino fundamental. Pela primeira vez, todos os alunos cegos matriculados no ensino fundamental em escolas públicas ou nas particulares sem fins lucrativos receberam livros didáticos em braile. Em 2005, foram investidos R\$ 1,6 milhão na produção de 40 mil exemplares de Português, História, Geografia, Ciências e Matemática, a maior produção de livros didáticos em braile na história do país. Os livros estão beneficiando 3,5 mil alunos cegos de 1.244 escolas públicas e instituições especializadas sem fins lucrativos.
- Para os alunos com deficiência auditiva, a regulamentação da Lei de Libras (Língua Brasileira de Sinais) definiu a realização de cursos de formação de professores para o ensino de libras nas séries iniciais do ensino fundamental, ao mesmo tempo em que previu a especialização em libras, no curso de Letras, para docentes que atuam a partir da quinta série. O número de matrículas de alunos surdos ou com deficiência auditiva na educação básica chegou a 66.261 em 2005. Foram implantados Centros de Formação de Professores e Atendimento aos Alunos com Surdez (CAS) em 10 Estados e foram formados 1.260 professores no programa “Interiorizando Libras”. Além disso, os dicionários e as coleções de livros digitais de literatura infanto-juvenil em libras passaram a integrar os programas do governo federal de distribuição de livros para as escolas públicas, totalizando 15 mil coleções de livros digitais em libras.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A gerência do programa tem solicitado apoio do Ministério do Planejamento no sentido de facilitar contatos e parcerias com outros órgãos visando a cumprir as metas do Plano Nacional de Educação.

Destaca-se como dificuldade para a implementação dos projetos em parceria com instituições não-governamentais a exigência de cumprimento da legislação para realização de licitações por parte daquelas instituições.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Houve um crescimento significativo no número de professores da educação básica com qualificação docente para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, mas o censo escolar ainda não captou esse crescimento. Para 2006, a Secretaria de Educação Especial do MEC orientará os sistemas de ensino sobre a importância do preenchimento do instrumento de coleta de dados sobre a formação continuada de professores, no formulário do censo escolar.

A execução das ações do programa acontece basicamente através de convênios com os Estados e Municípios e o Distrito Federal, tendo desempenho alto, já que os resultados superaram os previstos na grande maioria das ações.

Dentro do programa constam ações de execução pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e Instituto Benjamin Constant (IBC) que tiveram desempenho alto, considerando que todas as ações tiveram execução financeira superior a 85%.

Os projetos realizados em parceria com instituições não-governamentais foram executados de forma satisfatória e todos os requisitos foram cumpridos.

O monitoramento do desempenho físico das ações é feito pelo Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC), que é preenchido mensalmente com dados obtidos dos convênios assinados e, também, pelo SAPE, sistema do FNDE que registra todas as fases do Plano de Trabalho Anual.

A participação social ocorre por meio da Ouvidoria do MEC, da realização de consultas públicas e de reuniões com comunidades representativas das pessoas com deficiência para integração e obtenção de subsídios para o planejamento das ações, possibilitando maior eficiência na execução e melhoria dos resultados no atendimento às demandas da sociedade. Além disso, a Secretaria de Educação Especial participa do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, órgão consultivo com representação governamental e não-governamental.

RECOMENDAÇÕES

- Alterar o indicador “Taxa de Atendimento Educacional Especializado” para “Índice de Atendimento Educacional Especializado”, porque ficou constatada sua inadequação. Está sendo promovida a adequação da “Taxa de Atendimento Especializado”, possibilitando uma melhor avaliação dos resultados do programa.

- Promover reuniões com os ministérios que atendem a pessoas com deficiência no intuito de estabelecer parcerias e, se possível, quantificar o número de alunos com necessidades educacionais especiais que são beneficiados e quanto é investido no atendimento desse público-alvo.

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

OBJETIVO

Ampliar o atendimento à Educação Infantil de crianças de até 6 anos de idade.

PÚBLICO-ALVO

Crianças até 6 (seis) anos de idade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 16.629.600,00	Empenho Liquidado: R\$ 8.594.976,00 Pago estatais: - Total: R\$ 8.594.976,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 3 ANOS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 13,4 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 36,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. Em três anos, no período 2002/2004, o crescimento do atendimento de crianças em creche foi de 1,7 pontos percentuais, passando de 11,7% para 13,4%. Com esse baixo ritmo de crescimento não será possível alcançar o índice previsto de 36,7% em 2007. Essa meta prevista foi estimada sem nenhum amparo na realidade da evolução do atendimento em creche.

2. TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 6 ANOS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 70,5 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 77

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. Em 2004, 70,5% das crianças de 4 a 6 anos freqüentavam a escola, portanto é bem provável que o índice previsto ao final do PPA seja alcançado, ou até superado, principalmente com a implementação do ensino fundamental de 9 anos que torna obrigatório o ingresso de crianças de 6 anos de idade. O Censo Escolar 2005 aponta que há no país 2.165.114 crianças de 6 anos freqüentando a educação infantil.

3. NÚMERO-ÍNDICE DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 3 ANOS DE IDADE

Unidade de medida: -

Último índice apurado: 100 em 2003

Índice previsto ao final do PPA: 414,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. Inviável pelas razões expostas no indicador taxa de frequência à escola para 0 a 3 anos. Aliás, este indicador é dispensável, pois capta o mesmo movimento do indicador mencionado.

4. NÚMERO-ÍNDICE DE MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 6 ANOS DE IDADE

Unidade de medida: -

Último índice apurado: 100 em 2003

Índice previsto ao final do PPA: 120,2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. Este indicador é dispensável, pois capta o mesmo movimento do indicador taxa de frequência à escola para 4 a 6 anos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação infantil passou a ser considerada a primeira etapa da educação básica e, apesar de não ser de frequência obrigatória, é dever do Estado oferecê-la em creches e pré-escolas para toda a população. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2001), menos de 35% das crianças de 0 a 6 anos de idade estão frequentando creche ou pré-escola. Na faixa etária de 0 a 3 anos, apenas 7,3% das crianças procedentes de famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo estão frequentando creche, para um percentual de 32,6% das crianças provenientes de famílias com mais de 3 salários mínimos. Na faixa de 4 a 6 anos, embora a situação seja melhor, a diferença das taxas de escolarização entre as crianças continua marcante: até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, a taxa de escolarização é de 57,4% e com mais de 3 salários mínimos, sobe para 94,5%. Portanto, é evidente o desequilíbrio entre a oferta de educação infantil e a demanda por creches e pré-escolas de modo a garantir o cumprimento das determinações legais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O atendimento de mais de 67 mil crianças de até 6 anos de idade, contempladas com materiais didáticos que favorecem o seu desenvolvimento integral, superou em muito a meta de 17.000 alunos inicialmente prevista.
- Foram beneficiadas 85 escolas com Apoio à Aquisição de Equipamentos, ao invés das 50 previstas, representando uma execução de 170%.
- De acordo com os dados consolidados do Censo Escolar da Educação Básica de 2005, há 1.414.343 crianças matriculadas nas 32.296 escolas brasileiras que oferecem creche.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A infra-estrutura disponibilizada para o programa deixa a desejar, em qualidade e quantidade, entre outros, quanto aos aspectos de espaço físico, ramais telefônicos, equipamentos de informática, sistemas de informação e controle e servidor, para uma melhor execução das ações. Além disso, faltam recursos humanos com perfil e experiência para dar suporte à gerência executiva no acompanhamento da execução das ações do programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Apesar de existirem recursos financeiros alocados às ações de Educação Infantil em outros programas, tais como a 0973 - "Apoio à Formação Continuada de Professores da Educação Infantil" (R\$ 6 milhões) e a 8379 - "Formação em Serviço e Certificação em Nível de Professores Não-titulados da Educação Infantil" (R\$ 5,8 milhões), o Ministério ainda aloca poucos recursos para esta etapa da Educação Básica.

A superação dos resultados em 2005 ocorreu devido ao grande número de projetos com custos abaixo do estimado, decorrente do crescimento de parcerias locais e do maior envolvimento das equipes nos Estados, no DF e nos Municípios.

O programa não dispõe de pesquisas próprias sobre a satisfação dos beneficiários, mas há manifestações voluntárias positivas de pessoas ligadas à Educação Infantil que inferem sua relevância. A ação "Distribuição de Periódicos" poderia fazer avaliação, com base no material recebido dos beneficiários, mas, devido à falta de recursos humanos, de sistema apropriado e de tempo, o trabalho de aferimento não foi realizado.

A maioria das ações é implementada de forma descentralizada, por meio de convênios firmados com os Estados, o DF e os Municípios que trazem, nos documentos previstos na legislação afeta, informações sobre o quantitativo de pessoas beneficiadas com o projeto. O acompanhamento do desempenho físico é feito por meio de sistemas/programas do próprio Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Os convênios são firmados em função da demanda, ou seja, de quem tem capacidade de elaborar projetos. E quem tem capacidade de elaborar projetos são os Estados e Municípios mais ricos.

A falta de compromisso dos coordenadores com suas ações e a não cooperação com o gerente executivo se refletem, possivelmente, na inexistência de acompanhamento e em uma avaliação limitada. Por outro lado, as parcerias firmadas com os vários atores comprometidos com a Educação, como Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), organismos internacionais, Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (Mieib), entidades representativas de pais e mestres e da comunidade e outros parceiros não-governamentais têm sido muito valiosas.

Em 2005, foi constituído Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta para a transição da gestão do apoio do Governo Federal às creches e pré-escolas

atualmente apoiadas financeiramente pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para o Ministério da Educação (MEC).

RECOMENDAÇÕES

- Estudos indicam que as crianças que freqüentaram a Educação Infantil têm melhor desempenho nas outras etapas da Educação Básica. Desta forma, o MEC deveria priorizar esta etapa de ensino.
- Deveriam existir fontes estáveis e suficientes de financiamento para que a Educação Infantil tenha autonomia e flexibilidade na superação de limitações atualmente existentes.
- Excluir os indicadores “Número-Índice de Matrículas na Educação Infantil na Faixa Etária de 0 a 3 Anos de Idade” e “Número-Índice de Matrícula na Educação Infantil na Faixa Etária de 4 a 6 Anos de Idade”, pois captam os mesmos dados que os outros 2 indicadores.

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

OBJETIVO

Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos técnicos de nível médio e superiores de tecnologia, com melhoria da qualidade, incorporando novos atores sociais ao processo de formação profissional, técnica e tecnológica visando democratizar o acesso às oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano, promovendo inclusão social a amplas camadas da população brasileira e contribuindo para reduzir as desigualdades regionais.

PÚBLICO-ALVO

Jovens e adultos que buscam melhores oportunidades de formação profissional, técnica e superior tecnológica, alunos de pós-graduação, professores e pesquisadores.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 1.235.392.289,00	Empenho Liquidado: R\$ 1.024.704.076,00 Pago estatais: - Total: R\$ 1.024.704.076,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. NÚMERO-ÍNDICE DE MATRÍCULAS INICIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 120 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 121,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

2. NÚMERO-ÍNDICE DE MATRÍCULAS INICIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TECNOLÓGICO

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 188 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 225

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

CONTEXTUALIZAÇÃO

O público-alvo potencial da Educação Profissional e Tecnológica, compreendendo jovens e adultos na faixa etária de 14 a 24 anos (abrangendo 38,4 milhões de brasileiros em 2005, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2004) pode ser dividido em dois grupos distintos: os oriundos do ensino médio e os trabalhadores que já estão no mercado de trabalho em situação de desemprego ou em busca de capacitação para o acesso, a reinserção e/ou o reposicionamento no mercado de trabalho. A População Economicamente Ativa entre 18 e 49 anos tem estimativa de crescimento de 91,3 milhões em 2005, para 108,7 milhões em 2050. Portanto, iniciativas que proporcionem o atendimento à demanda deste público por Ensino Médio integrado à Educação Profissional são estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O Projeto “Escola de Fábrica” firmou parcerias com 558 escolas, 700 empresas privadas e sete empresas estatais, atendendo a 11,5 mil alunos em 19 Estados. O projeto amplia os espaços de formação profissional, transformando a fábrica em sala de aula.
- Ampliação dos alojamentos das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IFETs), incluindo refeitório e infra-estrutura para o atendimento ao educando, atendendo sobremaneira à educação agrícola, eixo estratégico de investimento governamental e apoio às Instituições Profissionais de Educação do Campo.
- O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio (PROEJA) ofereceu cursos de formação inicial e continuada para jovens e adultos e educação profissional técnica de nível médio para os que concluíram o ensino fundamental.
- A supervisão e avaliação das Instituições de Educação Profissional foi responsável pelo acompanhamento in loco das atividades desenvolvidas nas IFETs.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Devido à complexidade do programa, falta efetivo suficiente de profissionais especializados e instrumentos de controle. Isto está sendo solucionado com a renovação dos contratos temporários e com a abertura de novas vagas para concursos públicos, além da implantação de diversos sistemas de acompanhamento.

Devido à precariedade ou inexistência de planos de carreira e à pouca valorização do servidor, refletida no baixo nível salarial e de oportunidades de evolução profissional com capacitação ou cursos de reciclagem e aperfeiçoamento, nota-se o esvaziamento dos cargos gerenciais e executivos.

Embora a descentralização de recursos tenha tornado o processo de execução orçamentário-financeira do programa mais ágil, ele ainda sofre com o contingenciamento de recursos.

Foram atendidas antigas demandas, no entanto, algumas ações orçamentárias precisam ser fortalecidas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Com o intuito de aumentar ainda mais a oferta de vagas no ensino profissional, o Governo Federal já comprometeu recursos da ordem de R\$57 milhões para a implantação de 25 novas Unidades de Ensino Descentralizadas. Foram, também, autorizadas 1 mil vagas para professor nas Instituições Federais de Educação Profissional (IFETs), sendo 500 para 2006 e 500 para 2007.

Com a implementação do Sistema de Informações Gerenciais (SIG), tornou-se possível à Secretaria, além de acompanhar gerencialmente as Unidades de Educação Profissional e Tecnológica vinculadas, fazer o detalhamento mensal das ações sob sua responsabilidade e de todas as unidades envolvidas no programa. Com a integração prevista entre o SIG e o Sistema Integrado de Monitoramento do MEC (SIMEC), ficam garantidas as informações de execução física em tempo real.

RECOMENDAÇÕES

- Considerando-se que haverá um aumento de 60 unidades no número de escolas atendidas, há a necessidade de incremento dos recursos para que o atendimento seja realizado em níveis, no mínimo, semelhantes aos atuais.
- Planejar com a devida antecedência a ampliação da oferta de cursos, mediante o credenciamento de escolas agrotécnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e desses em Universidades Tecnológicas, ampliando os quadros docentes e técnico administrativos, mantendo a correlação aluno/professor e a criação das devidas funções, não prejudicando a qualidade do ensino oferecida pela Rede.
- Priorização dos recursos existentes, por parte do Ministério da Educação, para sua aplicação na Educação Profissional.

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA

OBJETIVO

Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.

PÚBLICO-ALVO

Jovens e adultos que buscam melhores oportunidades de formação profissional técnica, e superior tecnológica, alunos de pós-graduação, profissional técnica e superior tecnológica, alunos de pós-graduação, professor e pesquisador.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 678.831.704,00	Empenho Liquidado: R\$ 659.272.215,00 Pago estatais: - Total: R\$ 659.272.215,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. ÍNDICE DE MESTRES TITULADOS NO PAÍS

Unidade de medida: 1/100.000

Último índice apurado: 15,14 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 18,44

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta, se mantido o ritmo de crescimento atual.

2. ÍNDICE DE DOUTORES TITULADOS NO PAÍS

Unidade de medida: 1/100.000

Último índice apurado: 4,79 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 5,48

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta, se mantido o ritmo de crescimento atual.

3. ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE COM TÍTULO DE MESTRE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 35 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 37,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Média. De 2002 a 2005 (1º semestre), o índice evoluiu de 34% para 35%. Se o índice crescer no mesmo ritmo, a meta não será alcançada por completo. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a cada ano vem aumentando o número de bolsas de mestrado, contudo, para o índice evoluir, os futuros mestres (não docentes) precisam ser absorvidos pelas Instituições de Educação Superior (IES).

4. ÍNDICE DE QUALIDADE DA PÓS-GRADUAÇÃO NACIONAL

Unidade de medida: Nota

Último índice apurado: 4,27 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 4,07

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O primeiro cálculo desse indicador foi realizado com dados de dezembro de 2002. A meta final foi subestimada e será revista para 2007 já que em três anos a mesma foi superada em 6,75%.

5. ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE COM TÍTULO DE DOUTOR DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 22,7 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 25,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Foram incluídos, além dos docentes com doutorado, os que têm pós-doutorado e os livre-docentes. De 2002 a 2005 (1º semestre), o índice evoluiu de 21,6% para 22,7%. Se o índice crescer no mesmo ritmo, a meta não será alcançada por completo. A CAPES a cada ano vem aumentando o número de bolsas de doutorado, contudo, para o índice evoluir, os futuros doutores (não docentes) precisam ser absorvidos pelas IES.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os esforços do governo federal voltados para a educação pós-graduada nas últimas cinco décadas contribuíram de maneira substantiva para o desenvolvimento da educação brasileira. O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), no entanto, ainda não se encontra desenvolvido em sua plenitude. Aspectos específicos do cenário acadêmico e científico continuam a demandar ações estratégicas por parte do governo. Diversas estimativas indicam que a pós-graduação atende a apenas cerca de 10% da necessidade de pessoal qualificado no país para seu desenvolvimento. Para acelerar a formação de recursos humanos de alto nível, precisa-se de um conjunto

de iniciativas: execução do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2005/2010); implementação da Reforma Universitária, ora em tramitação no Congresso Nacional; investimentos em infra-estrutura da pós-graduação e da pesquisa, sobretudo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; aumento dos quadros docentes das universidades públicas; expansão dos vínculos dos cursos de pós-graduação com seus congêneres tanto em nível nacional quanto internacional; e ampliação do acesso à informação científica e tecnológica por parte dos cursos de pós-graduação, entre outras. Além disso, torna-se urgente aprofundar a parceria, nas atividades de pesquisa, da Universidade com a iniciativa privada, em atendimento à Política Industrial e do Comércio Exterior do Governo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Em 2005, foram concedidas 10.215 bolsas de doutorado no país, um crescimento de 15% sobre as 8.866 bolsas de 2001. O número de diplomados também cresceu; hoje são cerca de 8.867 novos doutores e foram ofertados 1.180 cursos de doutorado. O avanço não foi só quantitativo como também qualitativo, inclusive com a incorporação de novas áreas de conhecimento, favorecendo o desenvolvimento da produção científica nacional, embora ainda persista o grande desafio de reduzir as desigualdades regionais.
- Houve uma ampliação considerável na concessão de bolsas de mestrado em 2005, ou seja, um acréscimo de 2.873 bolsas distribuídas a 2.224 cursos de mestrado, o que representa um crescimento de 23% em relação a 2001. Em 2005 houve um número recorde de titulações em nível de mestrado: 27.921 mestres foram graduados.
- A política de financiamento de bolsas para o exterior permitiu que, em 2005, cerca de 2.093 pessoas fossem atendidas. Previa-se inicialmente atender a 1.563 bolsistas, mas tendo em vista a queda no valor do dólar foi possível atender a um número maior de bolsistas.
- Além de aumentar o número de acessos ao Portal de Periódicos em 400% (de 6,6 milhões para 32,6 milhões ao ano) e em 355% o número de títulos oferecidos (de 2.096 para 9.546), em relação a 2002, também foram ampliadas as áreas do conhecimento atendidas pelo Portal. Até 2002, estas eram basicamente concentradas nas Ciências Exatas, Engenharias e Ciências da Saúde. Atualmente, há um volume considerável de títulos nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Letras e Artes.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Há carência de funcionários técnico-administrativos para a captação e tratamento dos dados da pós-graduação e para o gerenciamento das ações de fomento. Além do número insuficiente de servidores, a CAPES não conta com uma estrutura compatível às suas necessidades para o seu pleno funcionamento. Nesse sentido, foram feitas solicitações ao Ministério do Planejamento para ampliação dos quadros de pessoal permanente e comissionado.

Os problemas de espaço físico enfrentados pela CAPES se agravam a cada ano dado o acúmulo de atividades, principalmente no que se refere à acomodação de consultores e colaboradores eventuais por ocasião das avaliações da pós-graduação brasileira

e da avaliação de mérito dos programas de fomento nacionais e internacionais, além da análise das candidaturas a bolsas no exterior. Como forma de amenizar o problema, a direção da CAPES locou um imóvel, que servirá como base para toda a Diretoria de Avaliação.

A carência de pessoal tem acarretado dificuldades na celebração e gerenciamento dos convênios. Assim sendo, a CAPES está revendo os instrumentos utilizados para a formalização das parcerias com as IES, para otimizar o processo de repasse de recursos e assim, melhorar o desempenho das ações.

Foi verificada a necessidade de obtenção de dados sobre o corpo discente, em fluxo contínuo, para tornar mais eficientes e eficazes as ações de fomento, estando previsto para 2006 o lançamento do “Cadastro Discente”, que deverá fornecer mensalmente informações atualizadas sobre o alunado da pós-graduação stricto sensu.

Há necessidade de preservar a memória da pós-graduação e o histórico das ações de fomento. Nesse sentido, está previsto para 2006 projeto de digitalização e tratamento da memória da entidade.

A CAPES não tem conseguido acompanhar, nas suas ações de fomento e no seu atendimento à comunidade científica nacional, o crescimento exponencial do sistema nacional da pós-graduação. A CAPES tem trabalhado reiteradas vezes, junto aos órgãos competentes, em prol de sua adequação orçamentária e estrutural a esse novo cenário.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As ações 8015 – “Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências” e 4909 – “Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente” são executadas por outros órgãos e outras unidades orçamentárias. As unidades não informaram, nem no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC) nem no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN), os resultados da execução das ações. Contato via mensagem SIAFI foi tentado, mas não houve resposta, logo, não é possível avaliar seus desempenhos.

Todas as macrodecisões do órgão, tanto de caráter puramente administrativo quanto de políticas públicas em relação à pós-graduação, são submetidas à apreciação do Conselho Superior e do Conselho Técnico-Científico. O Conselho Superior tem entre suas atribuições aprovar o relatório anual das atividades da CAPES e a respectiva execução orçamentária, apreciar critérios, prioridades e procedimentos para a concessão de bolsas de estudos e auxílios. As reuniões dos membros dos conselhos citados ocorrem com frequência. A avaliação das ações de fomento da CAPES pelos Conselhos garante a boa aplicação dos recursos.

A periodicidade do monitoramento é constante, já que a execução das ações também é contínua e abrange todos os produtos das diversas ações. O pagamento das bolsas é mensal, seja mediante repasses às IES, seja pelo pagamento direto ao bolsista; os acessos ao Portal de Periódicos são constantes; o trabalho dos consultores no processo de avaliação dos cursos e dos projetos é contínuo (podendo variar o objetivo do trabalho) e os projetos fomentados, nos mais diversos programas que a CAPES disponibiliza ao público acadêmico, também têm um suporte contínuo. A

CAPES dispõe de ferramentas computacionais, que, por controlarem as atividades ordinárias das diversas Coordenações, possibilitam a coleta das informações pertinentes às ações e conseqüentemente o monitoramento do desempenho.

RECOMENDAÇÕES

- Para o ano de 2007 a CAPES propôs mais uma ação ao conjunto existente, visando a qualificar recursos humanos em temas estratégicos para o desenvolvimento do país.
- Para solucionar o problema de espaço físico, foi solicitada a alteração dos atributos da ação 11L3, constante do Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) para 2006, a denominar-se “Aquisição e Ampliação do Prédio Sede da CAPES”, uma vez que há intenção da CAPES em adquirir o imóvel alugado.

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

OBJETIVO

Assegurar o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no ensino fundamental, com melhoria de qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes do ensino fundamental.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 1.043.719.875,00	Empenho Liquidado: R\$ 989.044.583,00 Pago estatais: - Total: R\$ 989.044.583,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 7 A 14 ANOS

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 97,1 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 97

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Superada. O índice previsto ao final do PPA já foi alcançado em 2004.

2. TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 30 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 23,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta, se for mantido o ritmo, desde 1998, de redução de 3 pontos percentuais ao ano.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Uma das grandes conquistas da sociedade brasileira é a quase universalização do acesso ao ensino fundamental. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), aproximadamente 97% das crianças e adolescentes da faixa etária de 7 a 14 anos estão matriculados no ensino fundamental.

Entretanto, dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2003 apontam que apenas 2,8% e 5,7% dos alunos das escolas públicas apresentam rendimento “adequado” em língua portuguesa nas 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, respectivamente. Assim sendo, o Poder Público em suas diversas instâncias, articulado com a sociedade, deverá, nos próximos anos, enfrentar os seguintes desafios: garantir o acesso universal ao ensino fundamental, buscando “taxa de escolarização líquida” próxima aos 100% no ensino fundamental de 9 anos, aprimorar a qualidade da educação, reduzindo, inclusive, a defasagem idade-série no ensino fundamental.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A Comissão de Educação do Senado aprovou por unanimidade o Projeto de Lei da Câmara que amplia o Ensino Fundamental de 8 para 9 anos de duração, com ingresso escolar obrigatório de crianças a partir de 6 anos de idade. O prazo para que as redes de ensino e escolas do país possam estruturar as alterações é de 5 anos, porém, 8.113.819 alunos freqüentam escolas que já utilizam o novo formato. A maioria (5.226.936) está na rede municipal, 2.749.441 estão na rede estadual, 131.499 estão na rede particular e 5.943 na rede federal.
- Distribuição de 54 milhões de exemplares de livros didáticos para o Ensino Fundamental pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), beneficiando todos os alunos das oito séries da rede pública de ensino fundamental, inclusive das escolas de educação especial públicas e das instituições privadas comunitárias e filantrópicas.
- Atendimento a 192 mil alunos em classes de aceleração da aprendizagem, com o apoio para a capacitação de professores e material didático para alunos e professores das redes estaduais e municipais, com intuito de redução na defasagem idade/série desses alunos e conseqüente estímulo à continuidade dos seus estudos.
- Assistência a 5.317 Municípios para a manutenção de transporte escolar, garantindo o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares de 3.314.909 alunos do ensino fundamental público, residentes em área rural.
- Em 2005 foram beneficiadas 22 mil escolas de Ensino Fundamental com dinheiro direto na escola, privilegiando a descentralização das políticas públicas e a autonomia das escolas públicas do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, nas modalidades regular, especial e indígena, além de entidades sem fins lucrativos responsáveis pela manutenção e representação de escolas privadas de educação especial.
- Apoio a 1.264 escolas na região Norte, 3115 escolas na região Nordeste e 1.037 escolas na região Centro-Oeste, pelo Projeto de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA III), promovendo um conjunto de ações para a melhoria da qualidade das escolas do ensino fundamental, bem como a permanência e o aumento da escolaridade das crianças nas escolas públicas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Inexistem no programa indicadores de medição de desempenho dos alunos do Ensino Fundamental. Atualmente esses índices podem ser medidos através de

informações coletadas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), realizado anualmente pelo INEP/MEC.

Houve relativo atraso nas etapas preliminares da execução das ações, compreendendo a elaboração, publicação e divulgação dos critérios de execução, prejudicando o cronograma de liberações dos recursos, mas não a execução das ações.

Grande parte dos recursos foi repassada ao final do exercício, por diversos problemas como o período de análise e correção de projetos, a não adesão por parte das instituições, documentação incompleta e bloqueio na prestação de contas de exercícios anteriores das entidades responsáveis.

Alguns Municípios deixaram de receber os recursos das transferências automáticas e voluntárias devido ao atraso ou a não entrega da prestação de contas de recursos recebidos anteriormente, que impede a celebração de novos convênios e o repasse dos recursos descentralizados, bem como pela falta de documentação de habilitação, como a não comprovação de regularidade da situação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Procuradoria Geral da República Federal (PGRF) e outros.

Faltam informações de meta física e situação de algumas ações do programa, que deveriam ter sido informadas pelos coordenadores no SIMEC ou no SIGPLAN. A falta de integração e envolvimento entre coordenadores e gerência, não apenas de coordenadores lotados em outras instituições e Secretarias do MEC, bem como os da própria Secretaria de Educação Básica (SEB), prejudicam o acompanhamento e a avaliação do programa.

Os materiais de apoio necessários à realização de atividades de controle e acompanhamento das ações são escassos e de baixa qualidade, havendo a necessidade de aquisição própria de livros técnicos e de referências, pastas, catálogos, cadernos, agendas, lápis, borracha, caneta, entre outros necessários ao andamento dos trabalhos.

Os equipamentos de comunicação e de informática não funcionam de forma eficiente, ocorrendo paradas de sistemas de rede, perda de informações e dificuldade de geração de relatórios. Não há impressoras suficientes e verifica-se constante falta de cartuchos. Não existem sistemas operacionais para controle e acompanhamento das etapas de execução de todas as ações que compõem o programa.

A equipe de assessoria à gerência não é suficiente para manter o acompanhamento anual do programa. Destaca-se, ainda, a necessidade de técnicos com experiência nas áreas de educação, planejamento e gestão, o mesmo ocorrendo na equipe operacional do programa. Salienta-se a necessidade de contratação de servidores públicos com vínculo, com experiência nas áreas de educação e execução, pois se verifica que as equipes responsáveis pelas ações, em sua grande maioria, são formadas por prestadores de serviços e consultores, que não podem ser responsabilizados diretamente pelos serviços técnicos (licitações, concorrências, comissões, grupos de trabalho).

A oferta de cursos de especialização e aperfeiçoamento aos gerentes e à equipe operacional no âmbito do Ministério é limitada, usualmente justificada pela falta

de recursos financeiros e influenciada pela indisponibilidade de tempo para participação em treinamentos e capacitações.

O Ministério da Educação tem atualmente como prioridade o Ensino Superior.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Ministério da Educação criou o Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC) para o monitoramento das ações e programas educacionais. A situação das ações deve ser informada mensalmente pelos coordenadores e validadas trimestralmente pelos gerentes executivos. O SIMEC foi implantado no 2º semestre de 2005, não havendo ainda disponibilidade de todas as informações do ano. Para maior eficácia e efetividade do monitoramento, será necessária maior interlocução entre os coordenadores e a gerência do programa e padronização da apresentação das informações.

A contribuição dos parceiros não-governamentais, como o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), os Conselhos, os Organismos Internacionais, tais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e outras instituições de interesse público da sociedade civil, tem sido de grande importância no desenvolvimento das ações do programa pois, além de atuarem como colaboradores em sua implementação, participam como fomentadores da política educacional e balizadores das diversas opiniões dos atores envolvidos, permitindo o aperfeiçoamento e a correção de rumos para o atingimento do objetivo principal do programa.

As avaliações de satisfação são realizadas em cada ação específica do programa, mediante relatos em capacitações e pesquisas de opiniões. Na ação “Dinheiro Direto na Escola” foi realizado estudo sobre a “Gestão Democrática e Descentralizada de Recursos Públicos”, cujos resultados estão sendo discutidos pelos técnicos do MEC, grupos de pessoas entrevistadas, instituições nacionais e organismos internacionais, visando a sistematizar e fundamentar propostas para o PDDE, no sentido de corrigir distorções, falhas ou insuficiências do modelo de gestão financeira atualmente praticado.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Inep desenvolveram um sistema de “Levantamento Nacional do Transporte Escolar”, com o objetivo de colher e disseminar um conjunto de informações que servirão de base para subsidiar a formulação de políticas públicas, voltadas para a melhoria do Sistema de Transporte Escolar. Além disso, essas informações servirão também para a ampliação das discussões sobre este tema em âmbito Nacional, com vistas à manutenção do aluno na sala de aula, diminuindo a evasão e promovendo a equidade na educação. Os formulários foram disponibilizados para os gestores estaduais e municipais e os dados estão sendo compilados.

Destaca-se como uma ação inovadora para a gestão pública a criação do Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica (Siscort), que coloca à disposição das escolas e secretarias estaduais e municipais de educação um sistema desenvolvido para auxiliar as redes públicas de ensino fundamental a remanejar os livros didáticos

distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD),. Pelo acesso ao Siscort, no sítio eletrônico do FNDE, as escolas das redes públicas podem verificar a disponibilidade de livros nas unidades educacionais mais próximas e registrar possíveis sobras em sua instituição, sendo o Siscort um instrumento valioso para o remanejamento e a troca de livros, resolvendo assim um dos grandes problemas enfrentados pelo programa, o da falta de livros nas escolas. O Sistema é atualizado anualmente com dados da distribuição nacional de livros por escolas e de alunos cadastrados no censo educacional, foi testado em todo o país e encontra-se em processo contínuo de atualização e melhoramento.

RECOMENDAÇÕES

- A alteração no sistema de financiamento e sua legislação, que permitirá o enfrentamento da questão da ampliação do atendimento e da melhoria da qualidade da educação básica, principalmente no âmbito do Ensino Fundamental, depende da criação e implantação de um novo Fundo que contemple toda a educação básica (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb). A alteração da matriz de financiamento no PPA/2007, depende da aprovação do Fundeb pelo Congresso Nacional.
- Inclusão de indicadores de medição de desempenho dos alunos do Ensino Fundamental.
- É necessária uma utilização mais intensa dos instrumentos de gestão disponíveis, no caso o SIMEC e o SIGPLAN, no sentido de articular melhor as ações do programa que, pela sua relevância e dado o volume de recursos que envolvem, precisam ter informes de situação sempre atualizados e disponíveis.

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

OBJETIVO

Garantir o acesso e a permanência de todos os adolescentes e jovens do ensino médio regular, com melhoria de qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Adolescentes, jovens e adultos do ensino médio regular.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 300.692.927,00	Empenho Liquidado: R\$ 279.603.143,00 Pago estatais: - Total: R\$ 279.603.143,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. NÚMERO MÉDIO DE SÉRIES CONCLUÍDAS DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 17 ANOS

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: 6,9 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 7,2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. Em 2004, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), chegou a 6,9 a média de anos de escolarização dos jovens de 15 a 17 anos, sendo portanto alta a viabilidade de alcance do indicador previsto para 2007 se mantido o mesmo ritmo de crescimento de 0,1 ponto percentual ao ano.

2. TAXA DE FREQUÊNCIA BRUTA AO ENSINO MÉDIO

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 81,4 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 83,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. Em 2004, de acordo com o INEP, a taxa de frequência bruta ao ensino médio já foi de 81,4%, sendo portanto possível até superar o índice previsto para 2007 se mantido o mesmo ritmo de crescimento de 2,75 pontos percentuais ao ano.

3. TAXA DE FREQUÊNCIA LÍQUIDA AO ENSINO MÉDIO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 17 ANOS

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 44,4 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 46

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. Em 2004, de acordo com o INEP, a taxa de frequência líquida de jovens de 15 a 17 anos já foi de 44,4%, sendo portanto possível até superar o índice previsto para 2007 se mantido o mesmo ritmo de crescimento de 2,2 pontos percentuais ao ano.

4. TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO MÉDIO

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 46,3 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 44,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. Em 2004, de acordo com o INEP, a taxa de distorção idade-série no ensino médio já foi de 46,3%, sendo portanto possível até superar o índice previsto para 2007 se mantido o mesmo ritmo de redução de 3 pontos percentuais ao ano.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o ensino médio passou a ser considerado como a etapa final da educação básica. No ano de 1999, a matrícula no ensino médio regular era de 7.769.199 alunos, crescendo para 9.169.357 alunos em 2004. Com a quase universalização do acesso ao ensino fundamental, a expectativa formada era de aumento na pressão pela oferta de vagas para o ensino médio, mas a taxa de crescimento das matrículas vem desacelerando desde 2000, chegando a um crescimento de apenas 1,1% em 2004 em relação à 2003. Contudo, ações coordenadas são necessárias para melhoria da qualidade de ensino, formação e atualização de docentes, materiais de ensino-aprendizagem para a escola e para o aluno e aquisição de equipamentos e laboratórios.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aumento de 4.076 turmas, caracterizando a expansão do ensino médio, 96.415 novas matrículas, caracterizando a melhoria do acesso e aprovação de 182.110 alunos do ensino médio, caracterizando a melhoria deste nível de ensino na rede pública estadual. Os dados indicam um progresso gradativo destes indicadores, com base na comparação das informações levantadas pelo INEP em 2003 e 2004.
- No início de 2005, foi concluída a primeira distribuição de livros das disciplinas de Português e Matemática a alunos do ensino médio. Nessa primeira ação, o Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio atendeu 1,3 milhão de alunos de 5.392 escolas públicas das regiões Norte e Nordeste. O programa tem o objetivo de suprir a falta de livros nas regiões mais carentes do país.

- Apesar de 46,3% dos estudantes matriculados no Ensino Médio estarem fora da faixa etária considerada adequada, que é de 15 a 17 anos, houve uma redução de três pontos percentuais na distorção idade-série que era de 49,3% em 2003.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Nenhuma restrição foi relatada.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) atuam como representações constituídas na articulação entre a definição da política e sua execução.

RECOMENDAÇÕES

- Considerando-se a disponibilidade de dados referentes aos Censos Escolares de 2004 e 2005, é necessário que o MEC providencie a atualização dos indicadores do programa.
- O programa estabelece metas de alcance, definindo indicadores de acompanhamento, sem uma abrangência qualitativa do alcance das metas. Caberia, para tanto, o estabelecimento de avaliações qualitativas.

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA

OBJETIVO

Combater as desigualdades étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar.

PÚBLICO-ALVO

Alunos de todas as idades, seus familiares e os profissionais de educação.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 57.151.390,00	Empenho Liquidado: R\$ 54.871.805,00 Pago estatais: - Total: R\$ 54.871.805,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

O programa não possui indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A discriminação étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, geracional, e sob qualquer outra forma, é um fato concreto da sociedade brasileira e acontece em todos os ambientes, sejam eles sociais, familiares ou privados, uma vez que os preconceitos estão profundamente enraizados nos indivíduos e na cultura. Historicamente a escola não só vem reproduzindo em seu ambiente os processos discriminatórios como também os reforça, na medida em que os indivíduos que sofrem discriminação, nas suas mais diferentes formas, quando vítimas de violência ou de exclusão do ambiente escolar, têm reduzidas as suas oportunidades de trabalho assim como a sua renda. A discriminação é responsável por parte significativa das desigualdades observadas no campo educacional, o que se reproduz no mercado de trabalho, pois pelo menos 40% da desigualdade salarial no Brasil pode ser explicada pela questão educacional. Essas desigualdades resultam de um processo ativo de preconceitos e estereótipos que legitimam, diuturnamente, procedimentos discriminatórios. Dentro do próprio ambiente escolar são constantes os tratamentos preconceituosos, as medidas discriminatórias, os insultos e constrangimentos, as ameaças e agressões físicas ou verbais contra estudantes de determinados grupos, como negros, indígenas, pobres, crianças e jovens com idade defasada para a série ou, ainda, crianças e jovens com orientação sexual diferenciada.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Impressão de 1 milhão de exemplares das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.
- Impressão de 11 mil exemplares de cada um dos livros 2º Prêmio Educar para a Igualdade Racial: Experiências de Promoção da Igualdade Racial/Étnica no Ambiente Escolar e Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Educação: exercitando a definição de conteúdos e metodologias-ambos organizados pelo Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdade (Ceert), com o apoio do programa “Diversidade na Universidade”.
- Publicação de 5 mil exemplares de Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas e de 8 mil exemplares da História da educação do negro e outras histórias, da Coleção Educação Para Todos, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação (Secad/MEC).
- 1.237 escolas das regiões metropolitanas de Belo Horizonte-MG, Porto Alegre-RS, Recife-PE, Rio de Janeiro-RJ, Salvador-BA e Vitória-ES abertas nos finais de semana para o desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e de lazer.
- Mais de 1 milhão de alunos beneficiados com atividades de cunho artístico, cultural, esportivo, de reforço do conteúdo escolar, de orientação vocacional, entre outros, fora do horário regular de aulas.
- 5.370 alunos de grupos socialmente desfavorecidos, especialmente afrodescendentes e indígenas, atendidos com cursos preparatórios para o vestibular.
- Merecem destaque as atividades voltadas à Educação para os Direitos Humanos realizadas em 2005, dando continuidade ao processo de articulação em torno do tema, iniciado em 2004. Embora a maioria das suas atividades não tenham impacto orçamentário, esse processo resultou no amadurecimento da agenda educacional nesse campo, exemplificada pelo projeto “Brasil sem Homofobia”, através do qual a Secad lançou termo de referência para projetos de capacitação/formação de profissionais da educação para a cidadania e a diversidade sexual. O projeto “Saberes da Terra”, iniciado em 2005 em parceria com MDA e MTE, estimula e apóia o fortalecimento e a ampliação das iniciativas de acesso e permanência de jovens agricultores(as) familiares no sistema formal de ensino, oferecendo oportunidades de elevação de escolaridade, qualificação social e profissional. Está prevista uma proposta de uma ação específica no presente programa nesse sentido, a fim de viabilizar e reforçar a qualidade da educação do campo. Vale registrar a parceria do Ministério com a SEPPIR e a SEDH na elaboração de propostas de políticas voltadas para as questões étnico-raciais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Para o programa como um todo, considerando-se ambas as dimensões de atendimentos aos públicos específicos e atuação sobre os sistemas de ensino, os resultados se mostraram acima do previsto. Contudo, o cumprimento das metas físicas teve comportamento bem distinto entre as ações. Mesmo considerando-se as especificidades e características dessas ações, pode-se afirmar que isso ocorreu

no geral acima das expectativas. A ação referente à Educação do Campo, por exemplo, apresentou um resultado bem superior. Entretanto, mesmo sendo fruto da articulação eficiente da área, o resultado aponta também para a necessidade de redimensionamento das metas.

A ação de apoio à valorização da diversidade no acesso e na permanência na universidade apresentou um desempenho abaixo do esperado, no que tange ao alcance das metas físicas previstas no Plano Plurianual (PPA), devido aos critérios pré-estabelecidos contratualmente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a seleção e aprovação dos projetos de iniciação científica (PIC). Entretanto, as demais atividades previstas na ação 09CU tiveram suas metas superadas, como é o caso da implementação da Lei nº 10.639 e dos benefícios aos alunos que puderam contar com sucessivos cursos de capacitação, além de receberem livros didáticos sobre a temática étnico-racial.

A ação referente ao desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e de lazer em escolas abertas nos finais de semana apresentou um desempenho 24% superior ao previsto, passando de 155 escolas em janeiro de 2005 para 1.237 escolas apoiadas ao final do mesmo ano. As ações relativas à distribuição de material didático e qualificação de profissionais também apresentaram performances significativas, decorrência de articulação entre os diversos participantes da política.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A execução de 2005 permitiu avançar em diversas áreas, inclusive na elaboração de indicadores. Como anteriormente o desafio não fora abordado de forma integrada, conseqüentemente não havia um indicador apurado pelas estatísticas tradicionais para mensurar os avanços alcançados por meio das ações do programa. Sendo assim, foi implementada uma ação específica para elaborar índices adequados. O trabalho de desenvolvimento de indicadores já está em conclusão e contou com a participação de gestores da Secad, especialistas nas áreas abrangidas pelas ações do programa e técnicos em indicadores de avaliação.

Foram formalizadas parcerias com outros órgãos do governo federal, como é o caso dos projetos com os Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), assim como projetos com a participação do Ministério da Justiça (MJ), das Secretarias Especiais de Direitos Humanos (SEDH), de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial (SEPPIR) e de Políticas para as Mulheres (SPM). Registre-se que o foco de enfrentamento da desigualdade por meio das ações desenvolvidas pela Secad no âmbito deste programa revelou-se um importante instrumento de ampliação da eficácia, eficiência e efetividade das políticas do Governo Federal na área da educação. Também as universidades, em grande parte as públicas, foram parceiras das ações da SECAD, o que indica a constituição de uma ampla e dinâmica rede de instituições, dotada de forte capacidade de geração e difusão de conhecimentos, engajada no fortalecimento das políticas educacionais como fator de superação das desigualdades no país.

O programa não possui um questionário formalizado para avaliação da satisfação de seus beneficiários. Todavia, esta avaliação é realizada por meio da percepção e do diálogo permanente com os beneficiários e seus representantes legitimados. Isto se dá em conversas telefônicas, em fóruns, seminários, oficinas e visitas à

localidade. Estas conversas, travadas diretamente com o público-alvo, têm permitido o aperfeiçoamento tempestivo dos projetos implementados, bem como a devida orientação das ações propostas. O retorno dado pelos beneficiários é positivo, porém, por vezes, as sugestões de melhorias esbarram em entraves legais ou na “lentidão da burocracia”, conforme informado pelos próprios beneficiários.

A Diretoria de Avaliação e Informações Educacionais da Secad é responsável, em conjunto com a área finalística, pelo monitoramento e acompanhamento e pela avaliação de políticas, programas e ações. Em 2005, a Secad desenvolveu um sistema para planejar suas ações, denominado Sistema Eletrônico de Planejamento de Informações da Secad (SECADPLAN), que permitirá melhorar a transparência nas diretrizes dos projetos geridos pela Secad, bem como destacar informações que auxiliarão na gestão dos programas e das ações. Outro ponto positivo desse Sistema é a visualização das metas físicas e financeiras por grupos de atividades e/ou projetos que contribuam para o alcance das metas previstas para cada ação no PPA. Entretanto, é mister considerar que esse Sistema se encontra ainda em fase de estruturação.

As despesas com a ação “Gestão e Administração do Programa (GAP)” compreendem serviços administrativos, pessoal ativo, manutenção e uso de frota veicular, tecnologia da informação, despesas com viagens e locomoção, sistemas de informações gerenciais internos, entre outras despesas administrativas. Essas despesas contribuem para estudos para formulação das políticas públicas, além de viabilizar o contato da SECAD com entidades que lidam diretamente com os beneficiários, seja por meio de visitas técnicas, seja através de encontros e seminários na capital federal, nos quais as partes interessadas são convidadas a participar.

As articulações internas ao MEC apresentaram resultados satisfatórios, concretizados em diversas iniciativas que envolveram diferentes instâncias. Por exemplo, uma das iniciativas da ação 09HS - “UNIAFRO” foi realizada em parceria com a Secretaria de Educação Superior (Sesu), contribuindo para que o enfrentamento das desigualdades em educação se torne política pública e não apenas uma ação pontual restrita às preocupações da Secad.

Dentre os diferentes parceiros não-governamentais envolvidos na execução das ações do programa, vale destacar a cooperação estabelecida com dois importantes atores: o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) e a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime). A parceria com essas entidades permitiu um salto de qualidade nas políticas públicas, como por exemplo na execução da ação 09EM. Registra-se, igualmente, a colaboração de organismos internacionais, especialmente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na implementação das ações deste programa, através de instrumentos eficazes de gestão e de assessoria técnica, especialmente na ação 09EL. Os resultados devem ser creditados tanto à decisão política de constituir um programa com essas atribuições, como ao envolvimento das equipes técnicas e parceiros na promoção da educação como fator de acesso à plena cidadania de crianças, jovens e adultos de diferentes localidades, idades, gêneros, raças e etnias.

A implementação de políticas educacionais voltadas para o enfrentamento das desigualdades seria equivocada se não incluísse nos debates sobre sua formulação,

desenvolvimento, acompanhamento e avaliação os sujeitos sociais a que se destinam. Há um fortalecimento do papel dos movimentos sociais representativos dos segmentos envolvidos na condução das políticas, o que tem possibilitado que a Secad seja interlocutora reconhecida por aqueles que se dedicam a lutar por maiores e melhores oportunidades em educação para os povos do campo, dos quilombos, indígenas e outros aliados dos benefícios advindos da ampliação da oferta em educação. Para ilustrar, podem ser citadas melhorias no desenho e implementação das ações, como é o caso da 09EM, 09EL e 09CX; aperfeiçoamentos nos projetos propostos (09HS); e criação de mais um canal institucional para veiculação das demandas desses públicos-alvo dentro do próprio MEC, como é o caso da oferta de formação de magistério para professores indígenas.

Como boas práticas de gestão destaca-se o projeto “Escola Aberta”, excelente oportunidade de socialização em espaços carentes de áreas de lazer, que pode ser replicada em situações semelhantes. O processo de fortalecimento de consultas nas ações do programa que, sem deixar de olhar para o interesse público, consideram as demandas da sociedade civil pode também ser considerado como uma boa prática de gestão.

RECOMENDAÇÕES

- Definir o indicador do programa.
- Excluir a ação 09CX – “Apoio a Projetos Educacionais Inovadores Voltados à Educação para Diversidade e Cidadania” e incluir em seu lugar a 2C81- “Apoio a Projetos Educacionais Inovadores para Comunidades de Baixa Renda”.
- Incluir mais duas ações: 0B82 – “Apoio à Educação Integrada com Qualificação Social e Profissional para o Desenvolvimento Local no Campo” e 2C68 – “Fomento à Inclusão Social e Étnico-racial na Educação Superior”.

GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 492.942.697,00	Empenho Liquidado: R\$ 463.651.341,00 Pago estatais: - Total: R\$ 463.651.341,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As ações de educação têm ramificações e impactos nas mais longínquas localidades do território nacional e a sua implementação deve contar com o empenho efetivo dos dirigentes dos Estados e Municípios, o que requer um esforço mútuo para a conscientização da importância do aprimoramento de mecanismos que começam pela legislação e incluem, entre outros, a eficiência na busca de novos recursos para o financiamento e a sua aplicação. Envolve, portanto, as etapas de implementação e a efetividade do controle e da avaliação dos resultados. A educação, além de ser um modo de inclusão social, é instrumento de promoção de paz, desenvolvimento e garantia da soberania nacional. Deste modo é preciso envolver toda a sociedade na sustentabilidade da educação, assim como na sua gestão democrática. Busca-se, portanto, propor diretrizes e regras para a democratização de todo o sistema educacional em sua relação com a sociedade. A partir destas diretrizes poderão ser estabelecidas regras e princípios para a gestão, o financiamento e o desempenho administrativo mais eficazes e eficientes. O não atingimento das metas de gestão, controle e avaliação sistemática implicaria na perpetuação de situações de exclusão de milhões de brasileiros da educação, no agravamento da concentração de renda, na injustiça social e na ineficiência e ineficácia das políticas públicas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Foram concluídas as discussões a respeito da implantação da nova sistemática de atendimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).
- Foram celebrados 27 convênios entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) e cada uma das 27 Secretarias de Estado da Educação com o objetivo de prestar assistência financeira suplementar e apoiar os sistemas públicos estaduais responsáveis pelo Ensino Médio.
- A capacitação de 8.604 gestores através de encontros presenciais e cursos a distância para o monitoramento de programas e projetos educacionais superou em muito a previsão inicial de 4 mil gestores.
- Foram realizados 95 estudos, pesquisas e avaliações educacionais pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), entre os quais destaca-se o estudo que viabilizou a implantação do projeto piloto da Escola de Gestores em 10 Estados escolhidos e a participação de 400 cursistas indicados pelos Estados e Municípios.
- Por meio do “Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino”, foram capacitados técnicos e gestores de 68 Municípios do semi-árido dos Estados de AL, BA, PB e PE. O projeto é realizado em ação conjunta da União Nacional dos Secretários Municipais de Educação (Undime) e das Universidades públicas federais e estaduais.
- Foi realizado o “Levantamento Especial sobre Educação Infantil”, que contempla uma investigação sobre características complementares de educação e acesso à merenda escolar. Os resultados da pesquisa deverão ser divulgados em março de 2006.
- Gerenciamento das políticas da Educação a Distância, da Educação Básica, da Educação Profissional, de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e do Ensino Superior.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Algumas ações tiveram suas metas físicas ou dotações orçamentárias mal-dimensionadas. O realizado, neste caso, deve ser considerado de maior relevância do que o previsto. Mesmo tendo sido contingenciados, os recursos foram suficientes..

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A maior parte das ações é monitorada pelo seu desempenho financeiro (majoritariamente satisfatório); algumas, que têm metas físicas, são monitoradas mensalmente por meio do Sistema Integrado de Monitoramento do MEC (SIMEC), uma ferramenta gerencial, em fase de implantação, com uma aceitação muito grande por parte da alta gestão, gerentes e coordenadores de ação, mas que carece ainda de habitualidade (rotinização de uso) por parte dos seus usuários.

Este programa deve avaliar toda a política do Órgão, de modo a aferir a satisfação dos beneficiários dos programas e ações do MEC.

Todas as ações, menos a de “Gestão e Administração do Programa”, são implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério. Com a

implantação do SIMEC, passou a haver maior aproximação entre os coordenadores das ações e a gerência do programa. Essa integração ocorreu, predominantemente, em relação às ações executadas nas unidades centrais (MEC, autarquias e fundações sediadas em Brasília).

RECOMENDAÇÕES

- Faz-se necessário ter maior cuidado no dimensionamento das metas físicas e melhor conhecimento acerca dos custos unitários das ações do programa.

UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI

OBJETIVO

Reformar a Educação Superior e estruturar as instituições federais de ensino, preparando-as para as tendências de futuro, ampliando com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento e promover condições para o desenvolvimento sustentável do País.

PÚBLICO-ALVO

Alunos e professores de instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como estudantes bolsistas do IES privados.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 10.528.522.349,00	Empenho Liquidado: R\$ 8.847.418.884,00 Pago estatais: - Total: R\$ 8.847.418.884,00
Previsto não orçamentário R\$ 84.000.000,00	Realizado não orçamentário -

INDICADORES

1. TAXA DE DOCENTES (EM EXERCÍCIO) COM DOUTORADO ATUANDO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO PRESENCIAL

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 43,22 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 52,1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. Se as metas forem corretamente implementadas, com os recursos necessários, o índice final do PPA será alcançado.

2. TAXA DE DOCENTES (EM EXERCÍCIO) COM MESTRADO ATUANDO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – GRADUAÇÃO

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 26,64 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 35,2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. Se as metas forem corretamente implementadas, com os recursos necessários, o índice final do PPA será alcançado.

3. TAXA DE DOCENTES (EM EXERCÍCIO) COM GRADUAÇÃO ATUANDO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO PRESENCIAL

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 30,1 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 18,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Média. O índice deve ser reduzido, pois o objetivo é diminuir o número de docentes com formação em nível de graduação.

4. COEFICIENTE DE ALUNOS POR DOCENTES EM EXERCÍCIO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: 14,92 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 16,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta.

5. TAXA DE MATRÍCULAS DE ALUNOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NO TURNO NOTURNO

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 58,95 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 57,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Já superada.

6. TAXA DE MATRÍCULA DE ALUNOS EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO PRESENCIAL - NO TURNO NOTURNO

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 25,1 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 33

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. A ampliação das matrículas no turno noturno, em instituições públicas, deve ser incentivada, pois amplia as possibilidades de acesso para quem trabalha durante o dia. No entanto, é baixa a probabilidade de se elevar o índice em oito pontos percentuais no prazo de 2 anos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Uma das diretrizes de ação do Ministério da Educação é a de reformar o modelo de Educação Superior, que atualmente dá sinais de esgotamento e a própria instituição universitária, quase milenar, que sofre os abalos de uma transição paradigmática, simultaneamente teórica e social. Nas últimas décadas, as universidades federais tiveram suas atividades comprometidas, devido à falta de recursos financeiros, materiais e humanos. Muitas sofreram uma crise mais profunda, na própria alma

da universidade, em razão de uma falta de sintonia com a realidade ao seu redor. Isto implica no próprio saber universitário, que está ficando defasado, perdendo seu ritmo e sua sintonia em relação à demanda de conhecimento fora dos seus muros. Um grande desafio, hoje, é adaptar-se aos novos tempos. As tendências de futuro devem ser levadas em conta de forma a que se capacite a universidade a responder a novas demandas, criando novos cursos e novos processos pedagógicos. A Universidade do Século XXI deve estar apta a respeitar a diversidade e promover o desenvolvimento integral do ensino, da pesquisa e da extensão. Estas atividades devem ser objeto de acompanhamento e avaliação sistemáticos, de forma a que os recursos humanos formados e os conhecimentos gerados e transferidos à sociedade se dêem em conformidade com o desenvolvimento sustentável do país.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A interiorização tem sido uma das principais diretrizes norteadoras do “Mapa da Expansão das Universidades Federais de Ensino Superior”, ao lado das necessidades e vocações econômicas de cada região do país. Estão sendo criados ou consolidados 42 campus situados em 21 Unidades da Federação em todas as regiões do país, além da implantação de dez novas universidades federais.
- Incremento do orçamento de capital e outros custeios das instituições federais de ensino superior, com exceção do orçamento de pessoal, incluindo o pagamento de bolsas de ensino dos programas de pós-graduação e pesquisa e os recursos originários de convênios e emendas parlamentares.
- Abertura de concursos públicos para a contratação de 4.200 professores nas universidades federais, número que não inclui as 2.300 autorizações de contratação referentes ao seu programa de expansão e a autorização para a contratação de cerca de 800 novos servidores, assim como a implantação do seu plano de carreira.
- Em dois anos, o Programa Universidade para Todos (Prouni) ofertou 250.943 bolsas para alunos carentes. Foram oferecidas 71.905 bolsas integrais e 40.370 parciais (50% do valor integral), totalizando 112.275 bolsas de estudo a universitários de baixa renda para o ano letivo de 2005, em 1.135 instituições privadas e filantrópicas de ensino superior. Para 2006, foram ofertadas mais 138.668 bolsas (98.698 integrais e 39.970 parciais), com a adesão de 1.289 instituições.
- 1.500 alunos, beneficiados pelo Prouni, matriculados em cursos com três ou mais anos de duração e carga horária diária média de seis ou mais horas de aula, estão recebendo a bolsa permanência, que consiste em benefício mensal de R\$ 300,00.
- Foram beneficiados 2.631 programas de residência médica e concedidas 3.439 bolsas para residentes.
- Atividades de extensão nas instituições de ensino superior públicas, com foco especial em políticas públicas de inclusão e desenvolvimento social. A atividade “Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior (Uniafro)” está em pleno desenvolvimento em 18 Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs). A ação “Incluir”, que apóia propostas desenvolvidas nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES) para superar situações de discriminação contra estudantes com deficiência, já está sendo desenvolvida em 13 universidades.

- Foram credenciadas 60 Instituições de Ensino Superior, autorizados 283 cursos e reconhecidos outros 485.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O contingenciamento orçamentário, no primeiro semestre, ocasionou atraso temporário em algumas ações. Os créditos suplementares foram decisivos para a consecução de diversas iniciativas, inclusive a expansão das IFES.

Houve um número muito grande de aposentadorias de professores de 3º grau e há mais de nove mil professores substitutos nas IFES. As estruturas universitárias estão em processo de expansão, inclusive internamente e o suporte técnico-administrativo é completamente insuficiente ou inexistente em alguns casos. Os profissionais são docentes de 3º grau, técnicos administrativos de nível superior e de nível médio.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O monitoramento de todas as ações foi iniciado no final do ano com a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC), que permite o acompanhamento das ações executadas pelas unidades vinculadas (Universidades).

As parcerias estão sendo bem sucedidas, propiciando o alcance das metas do programa. Um exemplo é a parceria público-privada entre a Vale do Rio Doce e a Universidade Federal do Pará (UFPA) para a implantação do campus de Marabá.

Foram desenvolvidas várias iniciativas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Federal. Destaca-se a implantação nas IFES do projeto “Gestão do Conhecimento”, uma prática inovadora de gestão nas áreas administrativas e de planejamento, realizado pela Subsecretaria de Administração do MEC.

Existem duas ações não orçamentárias no programa: 9A00 – “Universidade para Todos (Prouni)” e 9858 – “Financiamentos a Projetos na Área da Educação”. Esta última é uma iniciativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que teve, como meta financeira, em 2005, R\$ 84 milhões para financiamento de projetos de instituições de ensino superior públicas e privadas, sendo consideradas como financiáveis: obras civis, estudos e projetos de engenharia, gerenciamento e equipamentos nacionais.

RECOMENDAÇÕES

- Inclusão das ações referentes ao Plano de Expansão do Ensino Superior.
- Rever os valores de índice previsto ao final do PPA dos 3 primeiros indicadores (Taxa de Docentes com Doutorado, Mestrado ou Graduação), porque a soma deles deve ser 100.

VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

OBJETIVO

Oferecer oportunidades de capacitação e formação continuada aos professores e trabalhadores da Educação Básica, associadas a planos de carreira, cargos e salários, e promover o acesso a bens culturais e a meios de trabalho.

PÚBLICO-ALVO

Professores de todos os níveis de ensino de educação básica e pessoal de apoio das escolas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 820.887.032,00	Empenho Liquidado: R\$ 807.837.286,00 Pago estatais: - Total: R\$ 807.837.286,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADORES

1. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO NA PRÉ-ESCOLA

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 40 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 86,26

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Muito Baixa. Verifica-se aumento no índice, que em 2003 era de 31,3%, todavia os recursos humanos, materiais e financeiros destacados ao programa anualmente não demonstram suficiência para atingimento da meta final prevista pelo Plano Nacional de Educação.

2. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 1ª A 4ª SÉRIE

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 47,7 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 87,22

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Muito Baixa. Verifica-se aumento no índice, que em 2003 era de 36,1%, todavia os recursos humanos, materiais e financeiros destacados ao programa anualmente

não demonstram suficiência para atingimento da meta final prevista pelo Plano Nacional de Educação.

3. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 5ª A 8ª SÉRIE

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 83,2 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 95,42

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Verifica-se um expressivo aumento no índice e, considerando-se a implementação de ação de formação em serviço e certificação em nível superior para professores não titulados do Ensino Fundamental, que atuam na 5ª a 8ª séries (Pró-Licenciatura) e o incentivo para participação viabilizado pela ação de concessão de bolsas para os professores que atuam no programa, acredita-se no atingimento da meta prevista.

4. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO NO ENSINO MÉDIO

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 95,6 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 98,04

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Verifica-se um expressivo aumento no índice, e, considerando-se a implementação do “Pró-Licenciatura” para professores que atuam no ensino médio e o incentivo à participação viabilizado pela ação de concessão de bolsas para os professores que atuam no programa, acredita-se no atingimento da meta prevista.

5. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO EM CRECHES

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 29 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 83,54

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Muito Baixa. Verifica-se aumento no índice, que em 2003 era de 17,7%, todavia os recursos humanos, materiais e financeiros destacados ao programa anualmente não demonstram suficiência para atingimento da meta final prevista pelo Plano Nacional de Educação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

No Brasil, a formação dos professores e trabalhadores da educação básica ainda apresenta grande defasagem em relação ao que é preceituado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Na pré-escola, 3,2% dos professores não possuem o ensino fundamental completo e 1,8% dos docentes que atuam de 1ª a 4ª série do ensino fundamental não terminaram os oito anos de escolarização obrigatória. Entre os professores que lecionam nas turmas de 5ª a 8ª série e nas turmas do ensino médio, 29,3% e 19,2%, respectivamente, não possuem curso de licenciatura, formação adequada para esses níveis de ensino. No ensino médio, 4,9% dos docentes

completaram somente a educação básica e 9,4% têm ensino superior sem licenciatura. Os demais trabalhadores da educação, como a merendeira, o vigia, o secretário, o servente, o profissional que cuida dos diversos espaços da escola, também não têm capacitação adequada.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- No âmbito do ensino médio, foram capacitados 5.140 profissionais mediante apoio aos Estados e Municípios participantes do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED), com a cooperação da UNESCO.
- 44.498 professores de educação infantil foram atendidos com formação continuada e mais 6.500 foram atendidos pelo “Proinfantil” para formação inicial em nível médio. O “Proinfantil” conta, ainda, com 650 tutores, 512 professores formadores, 16 coordenadores estaduais, 10 assessores técnicos e 63 agências formadoras em todo país.
- 136.894 professores em exercício nas redes estaduais e municipais de educação foram atendidos com formação continuada e mais 6.065 foram atendidos pelo “Proformação” para formação inicial em nível médio.
- Foi realizada a formação de profissionais da educação com utilização de tecnologias de informação e comunicação, mediante educação à distância, com a capacitação de 11.200 profissionais e disponibilização de 481 horas de programas pelo “TV Escola” e, ainda, o atendimento a 1.777 profissionais para atuar no “Proinfo”.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Houve racionalização na disponibilização dos materiais por serem escassos. A infra-estrutura se apresentou incompatível com o necessário como, por exemplo, a quantidade de impressoras, a rede sobrecarregada, equipamentos de informática ineficientes. Também houve pouca disponibilização dos materiais para a maioria das equipes executoras. Praticamente, a mesma realidade da equipe gerencial foi vivida pelas equipes executoras. Não há recursos humanos disponíveis para assessorar a gerência no acompanhamento do programa. Apesar disso, houve um grande esforço em promover reuniões com os coordenadores. Também não há recursos humanos suficientes para executar as atividades, bem como técnicos com perfil adequado, ou seja, com experiência nas áreas de planejamento, orçamento e gestão. Com a escassez de recursos humanos para atender às tarefas, nem sempre é possível a participação em cursos, capacitações e treinamentos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No caso das ações executadas por meio de transferência voluntária via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o acompanhamento é feito por meio do Sistema de Acompanhamento de Programas e Projetos Educacionais (SAPE). A periodicidade é simultânea à liberação dos pareceres técnicos. Todas as ações do programa são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC), criado para o acompanhamento dos programas e ações orçamentárias e o monitoramento das etapas dos projetos e atividades viabilizados em cada uma das ações. O sistema recebe informações mensais dos coordenadores de ações e trimestralmente dos gerentes executivos. Destaca-se, ainda, que nas ações implementadas em cooperação técnica internacional com

o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), (Proinfantil e Proformação), suas atividades são monitoradas concomitante à sua execução, mediante avaliação da participação dos professores, tutores e formadores, pelo cadastro dos dados no Sistema de Informações do Proformação (SIPWEB). Também são realizadas reuniões tripartites anuais entre o MEC, o PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação para o monitoramento das atividades desenvolvidas nos programas.

Foram realizados vários encontros regionais e estaduais com gestores estaduais e municipais para informar, esclarecer e orientar quanto aos procedimentos para inserção nas ações do programa, além da divulgação on-line. Verifica-se que a maioria das ações sob a responsabilidade da Secretaria de Educação à Distância (SEED) e do FNDE teve execução plena dos recursos e das metas previstas. Faltam informações referentes à execução das metas físicas de algumas ações e à situação de cada etapa de seus projetos. Houve integração entre a gerência e os coordenadores de ações que se encontram sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica (SEB), mas os coordenadores de outras unidades do MEC não se relacionaram com a gerência. A parceria com os organismos internacionais e com os representantes sociais como o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), entre outros, contribuem para a melhoria da execução das ações e o relacionamento com os diversos atores envolvidos no programa.

São realizadas reuniões, seminários e colóquios com participação de entidades representantes das Instituições de Ensino Superior, das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, dos movimentos sociais, Consed, Undime e demais representantes da sociedade. As ações passaram por discussões envolvendo Conselhos e Comitês a exemplo do Conselho Nacional de Educação e do Comitê Nacional de Políticas da Educação Básica. A participação das entidades representativas da sociedade contribuiu, de forma significativa, com o desenvolvimento do programa, tanto na execução quanto no envolvimento de beneficiários na comunidade escolar.

RECOMENDAÇÕES

- Alterar o objetivo do programa para deixar claro que pretende oferecer formação inicial e continuada aos professores e trabalhadores da educação básica.
- Para a adequação do programa às novas demandas faz-se necessário acrescentar duas ações: a primeira denominada “Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio e Técnico Profissional de Funcionários da Educação Básica (Pro-Funcionário)”; e a segunda intitulada “Formação em Serviço e Certificação em Nível Superior de Professores Não-Titulares do Ensino Fundamental e Médio (Pró-Licenciatura)”.
- Também estão inadequadas as metas físicas e a composição das fontes de financiamento. Como os recursos são insuficientes para ampliar e melhorar o atendimento e desempenho das ações, a previsão de atendimento (meta física) sempre fica muito aquém da real necessidade de atendimento.
- Criar indicador voltado para o funcionário da escola - apoio escolar.

- Excluir a ação 0304 – “Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério” tendo em vista o término do Fundef em 2006.
- Identificar os custos unitários das ações que compõem o programa.